



Moção Temática



AUTARCAS E A SUSTENTABILIDADE

CUMPRIR OS ODS EM 2030 RUMO AO CARBONO ZERO EM 2050

Pela adoção, por parte dos Autarcas Social Democratas, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Numa altura em que a União Europeia define as regras para uma Descarbonização e Digitalização da Europa até 2050, com a meta principal de “Carbono Zero”, importa que os autarcas portugueses não percam o foco dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) com a sua meta em 2030.

Liderados pela Organização das Nações Unidas (ONU), os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem-se como a consciencialização global de 17 áreas de intervenção onde urge combater assimetrias entre territórios, sejam regiões ou continentes, numa estratégia com o horizonte temporal delineado até 2030.

Os ODS são os sucessores dos 8 Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) que tinham como data limite de referência para a sua implementação o ano de 2015.

Deste primeiro grande esforço global, ficou a certeza que o Mundo precisava de ir “mais à frente”, de ser mais arrojado e transformador na implementação de uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, que congregasse os esforços de líderes da escala local à mundial. Para cumprir este desígnio, foram traçados os 17 ODS (169 metas e 230 indicadores globais) na procura de uma ação á escala mundial onde todos possam contribuir, na sua medida, para garantir melhores padrões de vida para quem vive neste mundo e para aqueles que ainda estão para vir.

A Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovados em setembro de 2015, são “**uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta**”.

Portugal, apesar de mobilizado para o cumprimento de todos os ODS, definiu como prioridades estratégicas a implementação de políticas nacionais para a concretização dos seguintes ODS: **ODS4 – Educação de Qualidade, ODS5 – Igualdade de Género, ODS9 – Indústria, Inovação e**



Infraestruturas, ODS10 – Reduzir as Desigualdades, ODS13 – Ação Climática e ODS14 – Proteger a Vida Marinha.

No entanto, as Nações Unidas preconizam a consagração de um ODS específico que é um desafio concreto para o poder local – ***ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis.***

Globalmente, este objetivo preconiza tornar as cidades e os povoamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Por si só, este objetivo incorpora um conjunto de metas e indicadores que de forma responsável, adaptado a cada realidade local, constitui um desafio para os autarcas que não podemos deixar de encarar de forma empenhada e consciente, certos de que na nossa esfera de influência podemos contribuir para um mundo melhor.

Para muitos dos nossos autarcas, sob a forma de metas ou de outra nomenclatura, as temáticas que lhes estão subjacentes constam de muitos dos programas eleitorais sufragados nas últimas eleições autárquicas:

- Promover o ***acesso à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos;***
- Disponibilizar o ***acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível;***
- Políticas de ***urbanização inclusiva e sustentável, capacidades para o planeamento e gestão;***
- ***Proteger e salvaguardar o património cultural e natural;***
- Apoiar ***peças afetadas por catástrofes e perdas económicas diretas;***
- Reduzir o ***impacto ambiental negativo per capita nas cidades/municípios (qualidade do ar, gestão de resíduos municipais);***
- Potenciar o ***acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes;***
- Desenvolver ***relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais;***
- Implementar ***políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação, resiliência;***
- ***Apoiar os países/regiões menos desenvolvidos nas construções sustentáveis e resilientes.***



Mas, a agenda das Nações Unidas para 2030, através dos restantes objetivos, possui um conjunto de metas que pela sua transversalidade podem e devem ser incluídos na agenda local dos nossos municípios e freguesias.

Com cerca de 55% da população mundial a viver em áreas urbanas e a previsão deste número poder atingir os 68% até 2050, ganhamos consciência que temos pela frente um desafio gigantesco à escala mundial, não se confinando apenas às assimetrias territoriais de Portugal.

Nunca o conceito de “**GLOCAL**” fez tanto sentido como na implementação dos ODS – “**pensar global, agir local**”.

Em 2020 iniciou-se a “Década da Ação para o Desenvolvimento Sustentável”, destacando-se neste ano algumas iniciativas globais de reflexão com relevância para o trabalho autárquico: “Fórum Urbano Mundial” (fevereiro), “Congresso dos Municípios e Regiões da União Europeia” dedicado aos ODS (maio) e a adoção pela União Europeia da nova “Agenda Territorial 2030” (outubro).

Se a definição dos ODS, com o “**pensar global**” de metas, ajuda na conceção de estratégias de desenvolvimento local com o foco nas debilidades detetadas, também é certo que ao “**agirmos localmente**” com ações potenciadoras da prosperidade económica, sustentabilidade ambiental, equidade social e vitalidade cultural, estamos mais perto de cumprir globalmente os ODS em todas as suas vertentes: *Erradicar a pobreza; Fome zero e agricultura sustentável; Saúde e bem-estar; Educação de qualidade; Igualdade de género; Água potável e saneamento; Energia limpa e acessível; Trabalho decente e crescimento económico; Indústria, inovação e infraestruturas; Redução das desigualdades; Cidades e comunidades sustentáveis; Consumo e produção responsáveis; Ação contra a mudança global do clima; Vida na água; Vida terrestre; Paz, justiça e instituições fortes; Parcerias e meios de implementação.*

Ao atingirmos as metas dos ODS, ao melhorarmos o desempenho dos nossos territórios nos diversos indicadores, estamos a contribuir para o desígnio maior de ser autarca – “**garantir o bem-estar das nossas comunidades e a sustentabilidade dos territórios, no presente e no futuro**”.

Mais do que trazermos nesta moção as ações concretas a desenvolver nas autarquias para cumprirmos com os ODS, pretendemos sensibilizar para a sua problemática e fazer ver que é possível e desejável conciliar as metas de 2030 com os objetivos europeus de 2050.

Em dezembro de 2019, na apresentação da nova estratégia de crescimento para a Europa, o “European Green Deal” (“Acordo Verde Europeu”), a Presidente da Comissão Europeia Ursula von den Leyen, referiu que “**o nosso objetivo é reconciliar a economia com o nosso planeta,**



reconciliar a forma como produzimos e consumimos com o nosso planeta e fazer com que funcione para o nosso povo”.

No panorama europeu, esta transição pretende ser justa e inclusiva, existindo fundos específicos para apoiar a sua implementação. Na visão da Presidente da Comissão Europeia, a enorme transformação estrutural que provocará, só terá sucesso se for justa e beneficiar todos, com as **peçoas no centro do acordo**, e com apoios da UE para as pessoas e regiões a quem seja exigido o maior esforço de adaptação.

Teremos então que seguir uma linha condutora que obrigará a um investimento em toda a UE em tecnologias amigas do ambiente, apoios à inovação, na maior acessibilidade a um transporte público e privado amigo do ambiente, na descarbonização do setor da energia, numa maior eficiência energética dos edifícios e na aposta em redes colaborativas nacionais e internacionais para melhorar os padrões ambientais globais.

Rumo à descarbonização em 2050, a UE também tem uma meta para cumprir em 2030 que consiste na redução das emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 55% em comparação com os níveis de 1990.

Enquadrados neste grande “Acordo Verde”, a UE tem vindo a desenvolver um conjunto de planos de ação e estratégias, destacando-se áreas que vão da Economia Circular à Biodiversidade, do Sistema Energético à Transição Digital.

Este é claramente um caminho a percorrer para a eco-sustentabilidade da Europa que se coaduna com os ODS, na medida em que procura transformar a União Europeia (UE) numa sociedade mais justa e próspera com uma economia moderna, eficiente em termos de recursos e competitiva procurando alcançar a neutralidade carbónica em 2050.

No âmbito do “Acordo Verde”, a Comissão Europeia integrou os ODS no seu processo semestral de coordenação macroeconómica, numa clara demonstração de que a sua concretização em 2030 representa um benefício para a meta de 2050.

A Transição Digital preconizada pela UE, com a aposta nas tecnologias e no poder dos dados, potencia uma oportunidade para as cidades/municípios adotarem uma estratégia integrada para desenvolvimento sustentável, assente nos ODS.

A UE procura assim através da transformação digital apoiar a transição ecológica, onde as cidades inteligentes serão preponderantes para o cumprimento dos objetivos traçados pelos ODS e pelo “Acordo Verde”.



Dados da União Europeia, da DG Connect, revelam que **“65% das 169 metas subjacentes aos 17 ODS não serão alcançadas sem o devido envolvimento e coordenação com os governos locais e regionais”**. E que **“apenas 26% das cidades da UE e 40% das grandes cidades (aquelas com mais de 150 000 habitantes) têm planos de adaptação para o futuro com base em modelos sustentáveis”**.

Face a estes dados e à importância de **cumprir os ODS em 2030, rumo ao Carbono Zero de 2050**, os ASD defendem:

- Um maior envolvimento dos autarcas na definição de políticas locais e regionais de desenvolvimento sustentável com base nos ODS;
- Que os autarcas sejam parceiros ativos na equitativa distribuição dos fundos comunitários associados às metas europeias do “Acordo Verde”;
- A divulgação junto dos seus pares do Manual de ação local para a transformação global – OS MUNICIPIOS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;

Na certeza de que os autarcas portugueses serão sempre o garante junto das suas populações e de que com iniciativas ao nível local e regional se poderá atingir o objetivo primordial de um mundo mais justo, sustentável e inclusivo, os Autarcas Social Democratas propõem a todos os seus companheiros a subscrição de uma Carta de Compromisso com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Subscritores:

Benjamim Pereira – Presidente da Câmara Municipal de Esposende

Hélder Sousa Silva – Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Carlos Carvalho – Presidente da Câmara Municipal de Tabuaço